

SOBRE NEGRITUDE E RECONHECIMENTO: A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO NEGRO NA (RE) CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

SOUZA, Izaque Pereira de¹
TERUYA, Teresa Kazuko²

RESUMO

No presente artigo buscou-se demonstrar como a trajetória da população negra brasileira produziu e continua produzindo significados que constroem, de forma relacional, a identidade de negras e negros em nosso país. Na medida em que se compreende a existência da ideia de democracia racial - que por sua vez acaba forjando a uma neutralidade na relação entre os sujeitos - torna-se possível entender os fatores que acabam comprometendo uma análise crítica e que confronte conceitos como meritocracia e igualdade. Dai decorre o objetivo central deste trabalho: compreender de que maneira os movimentos negros brasileiros, a partir de suas especificidades, tem contribuído no reconhecimento e construção identitária da população negra. Nesta análise, pautada nos Estudos culturais, nos foi possível entender que o papel dos Movimentos Negros, na condição de sujeitos políticos tem sido essenciais justamente por atuarem na mediação, organização e sistematização de saberes que possibilitam à população negra sua construção e reconhecimento. E por atuarem tanto no aspecto coletivo (pensando em políticas públicas para a população negra) quanto no aspecto individual (quando atuam na esfera educacional e contribuem na formação dos sujeitos), possibilitam sua compreensão e (re) construção a partir de sua ancestralidade e negritude.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Negritude. Reconhecimento. Movimento Negro.

ON NEGRITUDE AND RECOGNITION: THE IMPORTANCE OF THE BLACK MOVEMENT IN THE IDENTITY (RE) CONSTRUCTION OF THE BLACK BRAZILIAN POPULATION

ABSTRACT

This article sought to demonstrate how the trajectory of the black Brazilian population has produced and continues to produce meanings that build, in a relational way, the identity of blacks and blacks in our country. As the existence of the idea of racial democracy is understood - which in turn ends up forging a neutrality in the relationship between subjects - it becomes possible to understand the factors that end up compromising a critical analysis and that confront concepts such as meritocracy and equality. Hence the central objective of this work: to understand how Brazilian black movements specificities, have contributed to the recognition and identity construction of the black population. In this analysis, based on Cultural Studies, it was possible to understand that the role of Black Movements, as political subjects has been essential precisely because they act in the mediation, organization and systematization of knowledge that enable the black population to build and recognize it. And because they act both in the collective aspect (thinking about public policies for the black population) and in the individual aspect (when they act in the educational sphere and contribute to the formation of the subjects), they enable their understanding and (re) construction based on their ancestry and blackness.

KEYWORDS: Identity. Blackness. Recognition. Black Movement.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2020). Mestre em Educação pela Unioeste (2012). Especialista em Educação pela Unioeste (2010) Graduado em Direito pela Univel (2004). Membro do GPEMEC - Grupo de Pesquisas em Educação, Mídias e Estudos Culturais - e do GPDDICA - Grupo de Pesquisa e Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais da Criança e do Adolescente. Coordenador, Professor e Orientador no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz - FAG - Cascavel, Paraná. E-mail: ipsouza.souza@gmail.com.

² Pós Doutora em Educação pela UNB (2010). Doutora em Educação pela UNESP/Marília (2000). Mestra em Educação pela UNESP/Marília (1995). Graduada em Ciências Sociais pela UNESP/Marília (1982) e em História pela Faculdade Auxilium de Lins - FAL (1996). Avaliadora de Cursos de Graduação pelo MEC/INEP. Líder do GPEMEC - Grupo de Pesquisas em Educação, Mídias e Estudos Culturais. Pesquisadora Sênior da Fundação Araucária e Orientadora no Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: tkteruya@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da discussão de minha tese de doutorado intitulada “Do Movimento Negro às cotas raciais na educação: a (re)construção da identidade negra na perspectiva educativa e inclusiva”, que tratou da atuação dos movimentos sociais negros na conquista e manutenção das cotas raciais na educação superior e, para além desta política, no resgate e (re)construção da identidade de negras e negros no Brasil.

Trabalhar a negritude por si só já é uma proposta desafiadora. Trabalhá-la em um contexto plural e num universo em que essa pluralidade é relativizada em favor de quem não é negra/o, torna essa tarefa ainda mais complexa. O racismo não é “problema de negra/o”, mas uma ideologia, uma perspectiva que afeta toda a sociedade, sobretudo a população negra em suas várias dimensões. Conforme nos ensina Geulen (2010, p. 07)

El racismo es una exageración, una postura extrema. Dondequiera que lo hallamos, estamos ante una posición unilateral y extremada frente a la realidad: imágenes propias magnificadas y, en cambio, despreciativas del “outro”; su exclusión violenta hasta la locura de la aniquilación, su sometimiento radical, un odio extremado y una difamación exagerada del “outro”. Con independencia de lo que denominemos en concreto, el racismo en general implica un extremismo que en principio escapa a la comprensión inmediata. Sin embargo, la percepción común que de él se tiene lo considera como un pecado original y azote de la humanidad, una enfermedad y una locura, una perversión moderna, un virus o una plaga exterminadora de la sociedad³.

Se considerarmos apenas as terminologias utilizadas para diferenciar as cores das pessoas negras (como morena/a, moreno/a -jambo, moreninho/a, café-com-leite, marrom, chocolate, entre outras) dentro de seu próprio grupo étnico-racial, não fica difícil compreender a necessidade de se lançar mão de mecanismos que possibilitem uma construção identitária, um sentimento de pertencimento, memória, dignidade, autoestima e autoconfiança. Se em outros grupos étnico-raciais é comum ouvirmos os “brados” acerca de suas procedências – sejam elas ítala, germânica, polonesa entre outras - entre as populações negras o que se vê é o silenciamento sobre sua origem, quase em regra, por desconhecimento.

Tratar de identidade e reconhecimento exige uma análise que ainda traz em seu bojo discussões contraditórias. Talvez porque esta temática seja fluida e, ao mesmo tempo, complexa. E isso pode

³ O racismo é um exagero, uma posição extrema. Onde quer que o encontremos, estamos diante de uma posição unilateral e extrema em relação à realidade: imagens próprias ampliadas e que, por outro lado, desprezam o “outro”; sua violenta exclusão à loucura da aniquilação, sua submissão extrema, um ódio extremo e uma difamação exagerada do “outro”. Independente do que chamamos no concreto, o racismo em geral implica um extremismo que, em princípio, escapa à compreensão imediata. No entanto, a percepção comum dele é considerada um pecado e flagelo original da humanidade, uma doença e uma loucura, uma perversão moderna, um vírus ou uma praga exterminadora da sociedade (Tradução nossa).

ocorrer justamente pelo fato de que sua compreensão teórica, seja resultante de um entrelaçamento de fatores – culturais, históricos, subjetivos, sociais entre outros.

No presente artigo será feita uma análise sobre identidades e reconhecimento, tendo como aporte teórico os Estudos Culturais, no intuito de entender como as identidades se constroem, se misturam e se fragmentam. O foco desta análise é a identidade negra, considerando o recorte no movimento social negro (espaço de educação não formal), minha práxis na educação formal, bem como minha atuação em comissões de verificação de autodeclaração de pretas/os e pardas/os.

2 IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO: COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO/A NEGRO/A NO BRASIL A PARTIR DE UM RETRATO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

Saber quem somos e de onde viemos são premissas para nos conhecermos e nos reconhecermos nos outros. Esse processo de alteridade é parte na construção de nossa identidade, nosso reconhecimento enquanto sujeito e o que contribui no processo de pertencimento a um (ou vários) dos grupos sociais aos quais nos conectamos ao longo de nossas vidas. Mas o Brasil, mesmo sendo um país plural, diverso em cultura e com uma população múltipla ainda não conseguiu desconstruir os estigmas seculares em relação à população negra. E exemplo não nos faltam.

Era julho de 2014 quando o professor de História André Luiz Ribeiro corria com seu fone de ouvido por um dos bairros da periferia de São Paulo e foi confundido com um dos assaltantes que havia roubado um bar nas proximidades. O dono do bar, seu filho e aproximadamente outras vinte pessoas renderam André e começaram um linchamento. O ato de violência só cessou quando, ao ser socorrido por bombeiros enquanto o filho do dono do bar tinha ido buscar um facão, um dos bombeiros pediu a André Luiz que se ele fosse mesmo professor, que provasse “dando uma aula” sobre a Revolução Francesa. E ele deu. Mas mesmo tendo comprovado ser professor de História dando uma aula de alguns minutos, como o proprietário do bar manteve o depoimento, André ficou preso por dois dias antes de ser liberado (GRANJEIA, 2014).

Em uma outra situação, esta em 2018, policiais algemaram e prenderam uma advogada negra durante uma audiência no 3º Juizado Especial Cível de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O motivo? A advogada havia discutido com a juíza leiga durante a audiência para fazer valer uma prerrogativa que lhe assistia (que era ter acesso à contestação) e, ao se recusar a sair da sala até que a Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se fizesse presente para sanear a questão, ela foi algemada e arrastada para fora. Nas palavras do próprio Presidente da Comissão,

“[...] nunca algo tão dantesco e bizarro havia ocorrido numa sala de audiências” (DONDOSSOLA, 2018).

Os dois episódios demonstram “o racismo nosso de todos os dias” sendo praticado contra negras e negros (pretos/as e pardos/as)⁴, criando e/ou reforçando estigmas e aumentando o abismo social entre a população negra e a população branca. Não por acaso a discriminação em face da população negra no Brasil impacta diretamente no desenvolvimento socioeconômico e na mobilidade social. Mais ainda; ao agir dessa maneira, “rotulam-se” os sujeitos reduzindo-os apenas à sua aparência e nesse processo, os veem como pessoas de má índole ou propensas ao cometimento de algum delito, o que torna a questão ainda mais cruel.

A temática raça/racismo tem sido objeto de vários estudos ao longo dos anos e por diversas áreas do conhecimento, trazendo em seu bojo inúmeras interpretações. Em uma retrospectiva histórica é possível irmos da lógica da democracia racial à análise do racismo de marca⁵. A própria ideia de mestiçagem passa a ser trabalhada como uma forma de ratificar a ideia de que nosso país é um espaço de pacífica convivência racial. Contudo, com o advento das ações afirmativas, esta “necessidade de classificação” vem à tona ainda com mais força: afinal de contas, quem é branco e quem é negro? E quem é aquele que chamamos de pardo? A ideologia do branqueamento, segundo Carone (2014), se constitui em um dos elementos mais intrigantes da realidade racial de nosso país pois, segundo a autora,

O branqueamento poderia ser entendido, num primeiro nível, como o resultado da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos desde o período colonial, responsável pelo aumento numérico proporcionalmente superior dos mestiços em relação ao crescimento dos grupos negros e brancos na composição racial brasileira. O branqueamento, todavia, não poderia deixar de ser entendido também como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo, após a abolição da escravidão, para que os negros negassem a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se “integrar” (ser aceito, ter mobilidade social) na nova ordem social (CARONE, 2014, p. 13-14).

De acordo com Petruccelli e Saboia (2013) a necessidade de se aprofundar o debate sobre a classificação de cor e raça se reforça com os compromissos assumidos pelo Brasil na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban⁶ no ano de 2001. Isso porque fazia parte desse compromisso a revisão sistemática da metodologia e conteúdo das investigações com o fito de levantar informações para aprimorar o

⁴ No caso de André, a reportagem se referia a ele como “um mulato de 27 anos”.

⁵ Diz-se racismo de marca o racismo que se pauta nos aspectos fenotípicos do sujeito, ou seja, na aparência.

⁶ A I Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, aconteceu em Durban, na África do sul em 2001. Nela estavam presentes 173 países – inclusive o Brasil – cerca de 4 mil Organizações não-governamentais, com o propósito de estabelecer ações para prevenir e combater o racismo e a discriminação racial em todas as suas manifestações.

sistema de classificação étnico-racial. Deste compromisso resultou uma pesquisa que mapeou as características étnico-raciais da população e que foi publicada em 2011 pelo IBGE a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pesquisa mensal de Empregos (PME) e Censo Demográficos.

Vale lembrar que no primeiro censo demográfico realizado no país, que ocorreu em 1872, as opções vigentes para classificação das raças eram quatro: branco, preto, pardo e caboclo – sendo esta última utilizada para caracterizar a população indígena do país. Já no segundo censo (1890), o termo pardo é substituído por mestiço, mantendo-se as demais, permitindo que se perceba naquele momento a utilização de dois critérios simultâneos para classificar a população: a cor (branco e preto) e a origem racial (quando se refere ao pardo como a miscigenação entre branco e preto e ao caboclo, os descendentes de índios) (OSÓRIO, 2003). O que se depreende deste processo, ainda de acordo com Osório (2003) é que a mestiçagem neste momento assume o papel atribuído pela política de branqueamento, qual seja, o de fazer desaparecer a população que não fosse branca.

No período de 1900 a 1930 não houve o mapeamento de informações referentes a cor/raça (nos anos de 1910 e 1930 sequer houve operações censitárias no país) sendo retomado em 1940 com as categorias branco, preto e amarelo – esta última em razão da imigração japonesa - e sem fazer referências à raça. Nos censos de 1950 e 1960 a categoria parda é reinserida como cor, sendo estes os primeiros levantamentos que orientam de forma explícita a obrigação de se respeitar a resposta da pessoa recenseada – ou seja, traz a primeira referência explícita a autodeclaração. Em 1970 foi novamente excluída, voltando em 1980 e se mantendo nos censos de 2000 e 2010 sob o quesito “cor ou raça” (IBGE, 2011).

Quadro 4 – Categorias raciais nos censos demográficos no Brasil – 1872/2010

1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991	2000	2010
População livre (define sua cor)								
Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta
Parda	Mestiça		Parda	Parda	Parda	Parda	Parda	Parda
Cabloca	Cabloca							
		Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela	Amarela
		(outras respostas foram codificadas como de cor parda)				Indígena	Indígena	Indígena (se indígena: Etnia e língua falada)
População escrava								
Preta								
Parda								

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisas das Características Étnico-raciais da População.

Importante ressaltar que o racismo no Brasil é essencialmente de aparência (de marca) sendo a cor, o principal elemento definidor dessa identificação de raça, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 4 – Proporção de pessoas com 15 anos ou mais de idade, por dimensões pelas quais as pessoas em geral, definem cor ou raça, segundo as Unidades da Federação selecionadas - 2008

Unidades da Federação selecionadas	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por dimensões pelas quais as pessoas, em geral, definem cor ou raça (%)						
	Cultura, tradição	Traços físicos	Origem familiar, antepassados	Cor da pele	Opção política/ideológica	Origem socio-econômica ou de classe social	Outra
Total	28,1	57,7	47,6	82,3	4,0	27,0	0,7
Amazonas	45,3	61,8	50,3	80,8	5,2	20,1	0,1
Paraíba	30,0	62,2	65,9	81,8	5,2	21,8	1,1
São Paulo	28,0	59,8	46,3	83,3	4,1	29,1	0,6
Rio Grande do Sul	25,4	48,7	44,8	80,4	2,9	23,1	0,4
Mato Grosso	23,7	52,7	53,4	78,5	2,6	21,0	1,2
Distrito Federal	23,6	56,8	45,5	80,6	4,8	32,0	2,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisas das Características Étnico-raciais da População.

Com base na tabela acima, é possível verificar que o quesito traços físicos e cor da pele, ainda são as formas mais evidentes de caracterização da raça em nosso país. E mais: ao serem questionadas se este quesito – cor ou raça – influenciam na vida das pessoas, 63,7% dos entrevistados responderam que sim, conforme se verifica na tabela abaixo:

Tabela 5 – Proporção de pessoas com 15 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por influência da cor ou raça na vida das pessoas, segundo as Unidades da Federação selecionadas – 2008

Unidades da Federação selecionadas	Pessoas de 15 anos ou mais de idade			
	Total (1)	Distribuição percentual por influência da cor ou raça na vida das pessoas (%)		
		Sim	Não	Não sabe
Total	49 511 805	63,7	33,5	2,8
Amazonas	2 277 880	54,8	38,6	6,6
Paraíba	2 823 492	63,0	30,7	6,3
São Paulo	31 816 646	65,4	32,2	2,5
Rio Grande do Sul	8 397 355	57,9	39,7	2,4
Mato Grosso	2 265 413	59,6	36,8	3,5
Distrito Federal	1 931 019	77,0	22,7	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisas das Características Étnico-raciais da População.

Um dado que merece atenção na análise deste relatório é o número de pessoas dentro do universo analisado, que se mostram conscientes de sua identidade étnico-racial (Tabela 5). Mais que garantir a qualidade na resposta ao questionamento do censo, essa consciência permite que ações para a população negra sejam trabalhadas de maneira mais consistente e politizada uma vez que ao compreender os mecanismos de dominação e clivagem aos quais negras e negros estão submetidos em razão de sua cor/raça, a (necessidade de) luta passa a ser também compreendida e legitimada.

Tabela 6 – Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação selecionadas – 2008

Unidades da Federação selecionadas	Pessoas de 15 anos ou mais de idade								
	Total (1)	Distribuição percentual por cor ou raça (%)							
		Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Total	47 540 100	49,0	21,7	13,6	7,8	1,4	1,5	0,4	4,6
Amazonas	2 158 153	16,2	49,2	23,3	3,6	1,7	1,6	1,5	2,9
Paraíba	2 755 674	31,9	45,7	10,9	4,3	0,7	0,8	0,4	5,3
São Paulo	30 616 596	51,4	19,1	14,5	8,9	1,3	1,9	0,2	2,7
Rio Grande do Sul	8 110 800	63,5	12,4	3,8	5,0	1,6	0,4	1,1	12,3
Mato Grosso	2 113 583	30,4	35,6	18,6	9,7	2,0	1,0	0,2	2,4
Distrito Federal	1 785 294	29,5	21,1	29,5	10,9	0,7	1,0	-	7,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisas das Características Étnico-raciais da População.

Ao analisar este relatório, Osório (2003) faz um apontamento de grande relevância; o percentual de pessoas não brancas e que se declaram negras (pretas e pardas). Segundo o autor, essa categoria

apontava para 0,1% em 1976, porém já havia aumentado para 3% em 1995 e 8% em 2000. Em razão das categorias que compõem a tabela serem aquelas que, quantitativamente foram citadas nas respostas espontâneas dos entrevistados, a categoria “morena” e “negra” são as que mais se destacam, sendo a “morena” a mais citada. De acordo com Osório (2003) a resposta estaria na informação trazida na Tabela 5 acima, ou seja, o fato da raça/cor ter influência na vida das pessoas faz com que a/o negra/o tente “minimizar” estes efeitos mesmo que de forma inconsciente.

Previsivelmente, a maior parte das pessoas que escolhia espontaneamente uma das categorias do IBGE a mantinha na segunda pergunta, ou seja, poucos dos que se declararam brancos, pretos, pardos, ou amarelos mudaram de cor ao ouvir as categorias. Sendo as categorias da classificação muito escolhidas, a correlação entre as respostas das duas perguntas era elevada, aumentando ao longo do tempo. A maior fonte de discordância entre as respostas espontâneas e as induzidas estava na categoria morena. A maioria dos que a escolhiam na pergunta aberta posteriormente se considerava parda na pergunta fechada, mas uma proporção que também é preciso levar em conta escolhia se declarar branca ou preta. A pequena proporção que se declarava negra se distribuía entre pretos e pardos na pergunta de resposta fechada (OSÓRIO, 2003).

Isso demonstra que, para compreender sua construção identitária o/a negro/a, precisa compreender sua história, bem como as estruturas sociais nas quais se encontra. É necessário entender esse processo de colonização e produção da identidade de subserviência que se instituiu e, com isso, desconstruir essa memória histórica e reconstruir uma nova, antirracista. São estes elementos que possibilitarão uma análise das questões relativas à identidade, crenças e cultura, traçando comparativos e promovendo conexões.

Por isso, no processo de construção da identidade coletiva negra, é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em “nosso” imaginário coletivo e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial. (MUNANGA, 2012, p. 9)

Daflon (2014) reforça a importância de atentarmos para a questão do pardo. Segundo a autora, a partir da década de 1990 foi possível constatar estatisticamente que pretos e pardos além de possuírem indicadores socioeconômicos semelhantes, enfrentavam as mesmas dificuldades no sistema educacional e no mercado de trabalho. Isso fez com que se inaugurasse, segundo Daflon (2014), uma “nova fase” no debate das relações étnico-raciais no país.

No entanto, nesta breve retrospectiva com relação aos censos demográficos nacionais, foi possível perceber que o pardo passa por vários momentos de “ajuste”; foi substituída por mestiço em

1890 retornando apenas em 1940 como uma categoria residual⁷ mas desaparecendo novamente – dessa vez com todas as demais categorias – em 1970. Apenas em 1990, sob a pressão dos Movimentos Sociais Negros é que os pardos – no agrupamento com os pretos e na classificação de negros – voltam a compor os dados estatísticos por recomendação do Governo⁸. Nesta perspectiva, Osorio (2003, p. 24) afirma que

[...] a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados. A justificativa teórica é obviamente mais importante, pois ao fornecer uma explicação para a origem comum das desigualdades dos pretos e dos pardos em relação aos brancos, coloca os dois grupos como beneficiários legítimos de quaisquer ações que venham a ser tomadas no sentido de reverter o quadro histórico e vigente dessas desigualdades.

Isto demonstra que, em relação a população não-negra, pretos e pardos podem parecer estar tão perto no que diz respeito às questões socioeconômicas, culturais, acesso a direitos entre outros. O discurso meritocrático (“quem quer, vai e faz”), que desconsidera as questões estruturais e uma série de questões que são mutuamente excludentes, busca invisibilizar o abismo existente entre o “nós” e o “ele”. A criação de estereótipos sobre as características e a cultura da população negra – e a consequente discriminação e negação de direitos em razão destes – a naturalização de mecanismos que impedem a mobilidade e interações sociais em razão da cor/raça, impactam diretamente na construção da identidade negra.

Contudo, entendo que inúmeros questionamentos ainda se fazem pertinentes à reflexão sobre a construção dos processos de identidade e representação raciais. São questões como: de que maneira tem sido trabalhada esta construção em que, mesmo tentando impor uma ideia de “conformação”, os padrões estéticos, a lógica do consumo e os espaços de poder ainda se voltam para as pessoas brancas? Como trabalhar pertencimento se ainda existe dificuldade no reconhecimento de negras/os por parte da sociedade em razão do racismo que opera de forma estrutural e institucional? Se a construção identitária é um processo de alteridade, como é possível obter essa referência se não temos uma representatividade negra suficiente nos espaços de destaque?

⁷ Naquele ano os recenseadores foram orientados a registrar apenas as categorias “branco”, “preto” ou “amarelo”. Qualquer resposta que fosse diferente destas classificações deveriam ser marcadas com um “-” que seria, na prática o “pardo” (DAFLON, 2014).

⁸ Embora o Governo tenha recomendado o uso da categoria de cor em todos os dados estatísticos bem como o agrupamento de pretos e pardos sob a categoria negros, recomendou ao IBGE o uso das categorias brutas para produção de dados estatísticos. Tal postura se justifica por razões que não seriam exclusivamente técnicas. O argumento é de que se as opções fossem limitadas a negro e branco isso excluiria a possibilidade de registro de uma “metarraça” brasileira, com variedade de fenótipos. Caso o sistema binário fosse utilizado, a imagem de uma sociedade igualitária seria substituída pela de uma sociedade cindida (DAFLON, 2014).

Esses questionamentos remetem às discussões de Munanga (2012) a respeito de identidade sob a ótica da negritude e também sob a perspectiva cultural. Segundo ele, “[...] a identidade afro-brasileira ou identidade negra passa, necessária e absolutamente pela negritude enquanto categoria sócio-histórica e pela situação social do/a negro/a num universo racista” (MUNANGA, 2012, p. 6). Em razão disto, parto do pressuposto de que para tratar da identidade negra, não basta apenas o elemento cor; é necessário entender como este elemento se comporta no contexto social e como ele vem sendo forjado ao longo da história, bem como os efeitos que esse elemento cor, forjado no percurso histórico, traz às pessoas negras envolvidas neste processo.

Por esse motivo, para compreender essa multiplicidade de elementos bem como traçar um “retrato” de como esta diversidade se constitui e nos constitui é de suma importância, conforme Munanga e Gomes (2016), lembrar que nem todas as matrizes culturais têm sua multiplicidade valorizada, seja pela via tradicional (os bancos escolares) e menos ainda sistematizada pela historiografia oficial.

Em relação à matriz africana, na maioria dos livros didáticos que conhecemos, o ensino sobre a África é geralmente ausente ou é apresentado de modo distorcido ou de forma estereotipada. Essa maneira distorcida de olhar a África e seus povos pode ser ilustrada pelos antigos filmes de Tarzan e pelas informações divulgadas pela imprensa escrita e falada e pelas mídias eletrônicas de modo geral. Nas informações veiculadas, focalizam-se, por exemplo, as chamadas guerras tribais, as calamidades naturais e as doenças como Aids e outras endemias que dizimam anualmente milhões de africanos. O brasileiro de ascendência africana, ao contrário dos brasileiros de outras ascendências (europeia, asiática, árabe, judia, etc.) ficou por muito tempo privado da memória de seus ancestrais. Por isso a Lei nº 10.639, promulgada pelo Presidente da República em 2003, 115 anos depois da abolição da escravidão, veio justamente reparar essa injustiça feita não apenas aos negros, mas a todos os brasileiros pois essa história esquecida ou deformada pertence a todos, sem discriminação de cor, idade, gênero, etnia e religião (GOMES, 2016, p. 18).

Ao buscar um aporte na história é possível verificar que, com o fim da escravidão e ao iniciar-se a modificação no sistema produtivo e os processos de trabalho no Brasil, substituiu-se o trabalho que era realizado na forma escravista pelo trabalho livre. Contudo, este processo não incluía o/a negro/a, uma vez que o estímulo à migração – que ocorre no final do século XIX e início do século XX – acirra ainda mais a desigualdade racial existente. E há que se observar ainda um outro detalhe: como se pensava o Brasil como um país mais democrático sob a perspectiva racial, seria um ótimo momento para que se implementassem a mestiçagem (THEODORO, 2008).

O processo e construção ideológica do Brasil como uma nação mestiça, iniciado no século XIX, sustenta-se no fato de que teria ocorrido uma fusão “harmônica” de raças e culturas, denominada posteriormente de “democracia racial”. Esta idealização esconde que a “harmonia racial” tinha como pressuposto a manutenção das hierarquias raciais vigentes no país, na qual o segmento branco sempre foi tido como principal e dominante, constituindo o ideal a ser alcançado pela nação, ao menos em termos comportamentais e morais. Do início

da fase republicana, em 1889 até meados do século XX, a mestiçagem foi transformada de malefício que acometia todo o país em motivo de salvação para a construção da nação. O mestiço é elevado à condição de símbolo nacional, representando tanto a “harmonia racial” quanto a possibilidade de embranquecimento da nação (LOPEZ, 2013, p. 75).

A estratégia da mestiçagem buscava ter um sujeito – no caso, o/a mestiço/a – como um “equalizador” na sociedade brasileira, reforçando a ilusão de que entre brancos/as e negros/as no Brasil passava-se a existir um relacionamento harmônico e democrático.

Contudo, a Proclamação da República no final do Século XIX não foi capaz de assegurar ganhos à população negra e muito menos promover a reversão de sua situação de escravizados/as para libertos/as, o que repercute na condição de seus descendentes ainda na contemporaneidade (DOMINGUES, 2007; THEODORO, 2008).

Com a criação da República para cá é seria possível a compreensão dessa dinâmica racial e a partir dela se trabalhar, entre os indivíduos que compõem nosso país, elementos que atuam na constituição destes sujeitos, suas identidades e o reconhecimento de/para si, inclusive no processo de miscigenação. Contudo, isso não se verifica. Mais ainda, continuamos no meio de uma celeuma que, em que pese nossa Carta Magna trazer sermos todos iguais perante a lei e amparados pelo princípio da dignidade humana⁹, materialmente tal amparo não se dá da mesma forma para todos – o que demonstra que a “a lei seca” não muda ideologias e que não necessariamente se encontra respaldo político suficiente para que se estabeleça essa igualdade recíproca entre os cidadãos, além de se verificarem pensamentos, quando não racistas, muitas vezes etnocêntrico¹⁰.

O [pensamento] etnocêntrico acredita que os seus valores e a sua cultura são melhores, os mais corretos e isso lhe é suficiente. Ele não alimenta necessariamente o desejo de aniquilar e destruir o outro, mas sim, de evitá-lo ou até mesmo de transformá-lo ou de convertê-lo, pois carrega em si a ideia de recusa da diferença e cultiva um sentimento de desconfiança em relação ao outro visto como diferente, estranho ou até mesmo como um inimigo em potencial (GOMES, 2016, p. 181).

A história eurocêntrica, pautada em estigmas, reforça a perpetuação da hegemonia da cultura branca que se colocou como superior às culturas não brancas. Este pensamento etnocêntrico compromete o olhar das pessoas negras sobre si mesmas, pois sem uma memória que possibilite o reforço de sua identidade, torna-se difícil a construção identitária negra. Por mais simples que possa

⁹ Caput do art. 5º e inciso III do art. 1º da CF/1988, respectivamente.

¹⁰ Munanga e Gomes (2016) chamam a atenção para a diferenciar racismo de etnocentrismo. O racismo trata de um comportamento ou ação resultante da aversão (por vezes ódio) em relação às pessoas pertencentes a determinada raça, o que se conclui a partir de determinadas características fenotípicas. O racismo é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, fundadas em teorias que justificam inclusive a aniquilação daqueles que são tidos como inferiores (p. 179). O etnocentrismo, por sua vez, designa o sentimento de superioridade de uma cultura em relação a outras; consiste em acreditar que os valores próprios de uma sociedade ou cultura particular devam ser considerados como universais em detrimento de outras (p. 181).

parecer, “assumir a cor da pele” exige um posicionamento político que traz em si inúmeras implicações.

Na narrativa a seguir, Telles (2004) exemplifica de forma explícita, a dificuldade encontrada no ideário brasileiro para compreender a perspectiva étnico-racial, ao relatar a passagem de um grupo de brasileiros nos EUA.

Em 1968, o Departamento de Estado dos Estados Unidos financiou a visita de um grupo de cerca de 80 jovens estudantes brasileiros a várias instituições norte-americanas. Como parte da agenda, o grupo brasileiro se encontrou com dois líderes negros da Universidade de Harvard que lhes falaram sobre as recentes conquistas dos direitos civis para os negros naquele país. Na discussão que se seguiu, alguns dos estudantes brasileiros opinaram que as reformas americanas não afetavam o sistema capitalista, problema central que atormentava a maioria das sociedades modernas. Nesse momento, surgiram concepções radicalmente distintas sobre quais eram os problemas sociais fundamentais e, percebendo o impasse ideológico, os dois norte-americanos chamaram a atenção para o fato de que, entre os oitenta brasileiros, apenas sete ou oito eram negros. Onde estava a democracia racial se os negros estavam tão sub-representados no grupo brasileiro? Após a reunião, os brasileiros começaram a refletir, mas em vez de levantarem considerações sobre a sub-representação dos negros em seu grupo, eles estavam desconcertados com o fato de que mais de uma ou duas pessoas de sua delegação eram consideradas negras. Dada a conotação do termo negro no Brasil, os indivíduos aos quais os norte-americanos haviam se referido devem ter se sentido insultados ou envergonhados (TELLES, 2004, p. 64-65)

O que se percebe de forma nítida é que à época – e ainda hoje - o senso de pertencimento étnico-racial se encontra em um espaço relativamente nebuloso. É fato que nas últimas décadas, o trabalho realizado pelos movimentos sociais negros¹¹, proporcionou uma maior visibilidade da estética negra e rompendo com padrões eurocêntricos. Graças a esses movimentos cresceu o número de pessoas negras assumindo o seu pertencimento ao grupo negro e, por consequência, um posicionamento político. Mas ainda há muito para avançar, pois o que se verifica no Brasil é o racismo de marca e a marca se traduz no fenótipo, sendo que a cor da pele ainda se constitui no mais notório destes marcadores. Isso pode explicar o porquê em momentos de nossa história houve a supressão deste dado em coletas de dados oficiais.

Nas coletas censitárias e cadastros de instituições públicas e privadas, a ausência de coleta de cor confere neutralidade aos dados coletados, como se todos os brasileiros, brancos e negros, experimentassem a educação, a saúde, o trabalho, os salários, a natalidade, a mortalidade, os direitos e a cidadania da mesma forma. Se a cor aparece como dado, há uma súbita revelação de quão diferentes são as trajetórias de cada grupo, principalmente no interior de outros quesitos coletados e instituídos como invariantes: sexo, escolaridade, trabalho – emprego/desemprego (PIZA, ROSEMBERG, 2014, p. 112).

¹¹ Entendo que a atuação dos movimentos sociais negros tem sido decisiva tanto na conquista de direitos da população negra pós CF/1988, com questões que vão desde a criminalização do racismo até a criação do Estatuto de Igualdade Racial e a instituição de Políticas de Ação Afirmativas. Ou seja, a atuação destes movimentos se estende pelas mais variadas esferas – como as jurídica, educacional e política.

Não ter dados que apontem de maneira efetiva as desigualdades raciais é atuar na manutenção da ideia fantasiosa de que se vive em harmonia. É, para além disso, sustentar essa harmonia, retratar a/o negra/o de maneira passiva, reforçando a prerrogativa de que ela/e possui sim um lugar pré-definido e que, por pertencer a uma “raça inferior”, deve aceitar “de bom grado” o que lhe é ofertado. E se ao longo de toda sua história a população negra foi vista desta forma – desde “não humanos” a protagonistas secundários, mas nunca atores principais – percebe-se que nunca foram parte desta identidade nacional¹².

Quando acaba o século XIX, os principais elementos da “check-list” identitária estão claramente estabelecidos e os procedimentos de constituição enunciados, o que faz com que as nações recentemente surgidas possam rapidamente recuperar seu “atraso” inicial. Para maior parte das nações europeias, os grandes ancestrais estão identificados, a língua nacional fixada, a história nacional escrita e ilustrada, a paisagem nacional descrita e pintada. As grandes músicas nacionais, que em certos casos apresentam-se como ilustrações sinfônicas da história e da paisagem nacional foram compostas [...]. Os grandes monumentos históricos já estão repertoriados e restaurados, as literaturas nacionais estão em pleno progresso e providas de uma história. O folclore está coletado e museografado. As produções simbólicas e materiais das épocas pré-nacionais tornaram-se o objeto de um nacionalismo retroativo (THIESSE, 2001, p. 16).

Esta trajetória explicita o desconforto de ser aquilo que se é e, em razão disso, decorre a dificuldade em definir (e se definir) negra/o no Brasil. Isso porque este país que desumanizou um grande contingente de pessoas escravizando-a e tratando-a como “coisa”, mesmo após a “libertação” tem sua classe dominante, permeada pela cultura racista, se utilizando de seu poder político e econômico para silenciá-la e invisibilizá-la. Dessa forma, quase se apagou a história e a memória dos povos afro-brasileiros, tornando sempre dolorosa sua busca pelo reconhecimento e construção identitária, uma vez que estes povos foram inseridos em níveis estruturais e institucionais, cujas premissas excludentes e discriminatórias os vulnerabilizam e espoliam das relações sociais. Isso faz com que adotar um posicionamento político com a base em sua identidade étnico-racial não é tarefa fácil.

Até porque, se as características de determinada pessoa são as responsáveis pelo cerceamento de seus direitos e lhe é facultado “escolher” afastar-se das mesmas, por que razão esta pessoa reforçaria tais atributos? Se os traços físicos (fenotípicos), como tipo de cabelo, formato de nariz e lábios bem como o atributo cor possuem conotações negativas e é possível “manipular” sua vinculação a determinado grupo para escapar de um processo de exclusão, mesmo que inconscientemente, não é compreensível que em um primeiro momento isso seja feito? Não há como

¹² Na explicação de Thiesse (2001) a identidade nacional é uma criação moderna, que começa a se construir no Século XVIII desenvolvendo-se plenamente no século XIX. Por ser uma herança simbólica e material, pertencer a uma nação é ser um de seus herdeiros. Desta forma, a nacionalidade é, portanto, uma forma de identidade.

negar que as questões étnico-raciais têm importância significativa na estruturação das desigualdades raciais, sociais e econômicas no país de maneira que assumir-se negro/a é ter ciência da batalha que será travada.

A classificação oficial¹³, considera brancas as pessoas que possuem aparência e pele branca; entende pretas aquelas que possuem a pele escura e mais retinta; pardas as que possuem pele mais clara que as pessoas pretas (por serem miscigenados/as, filhos/as e pais/mães brancos/as e pretos/as, de indígenas e brancos/as ou indígenas e pretos/as), amarelos/as os asiáticos/as (japoneses/as, chineses/as, coreanos/as); e indígenas, os descendentes de índios brasileiros (pele mais escura, cabelos lisos e traços mais acentuados nos olhos) (PIZA, ROSEMBERG, 2014). No entanto, em que pese a ideia de autotransclassificação, sempre ter sido a recomendação internacional em pesquisas e registros que coletem dados ligados à identidade do indivíduo (OSÓRIO, 2003), a ideia de identidade e o reconhecimento ainda se encontram no processo de construção, o que faz com que tal metodologia tenha resultados imprecisos.

Na concepção de Hall (2001) sobre o sujeito sociológico, o núcleo interior do sujeito não nasce com ele, mas se constrói na relação do indivíduo com a sociedade, sendo seu principal papel a mediação da cultura. Em outras palavras, o sujeito se constitui da/na relação com a sociedade, sendo ele ao mesmo tempo individual e social, parte e todo. Desta forma, a identidade (ou identidades) se constitui em um constante embate entre “o eu” e “os outros”, uma vez que essa interrelação ocorre em um processo dialético. Já o sujeito pós-moderno não tem uma “identidade fixa, essencial ou permanente”, pois nossa identidade torna-se uma ‘celebração móvel’, pois à medida que somos interpelados pelos sistemas culturais, assumimos identidades diferentes, por vezes contraditórias e nos transformamos. Não temos mais um “eu” coerente pois “[...] à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2001).

Woodward (2000) aponta que frequentemente “[...] a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a determinado grupo identitário nas quais a identidade é vista como fixa e imutável” (WOODWARD, 2000, p. 12). Daí decorre a nossa necessidade em compreender o processo de reconhecimento, acolhimento e aceitação de determinado sujeito nos grupos, aos quais está ou venha estar inserido.

Assim, ao inferirmos que a vida coletiva se faz de representações que são construídas historicamente e se originam do relacionamento entre os indivíduos e/ou grupos sociais, torna-se mais

¹³ Por classificação oficial nos referimos à utilizada pelo IBGE.

compreensível a relação de poder que se estabelece no quesito étnico-racial. Conforme nos traz Gomes (2003, p.78),

Parto da concordância de que negros e brancos são iguais do ponto de vista genético, porém discuto que, ao longo da experiência histórica, social e cultural, a diferença entre ambos foi construída, pela cultura, como uma forma de classificação do humano. No entanto, no contexto das relações de poder e dominação, essas diferenças foram transformadas em formas de hierarquizar indivíduos, grupos e povos. As propriedades biológicas foram capturadas pela cultura e por ela transformadas. Esse processo, que também acontece com o sexo e a idade, apresenta variações de uma sociedade para outra (GOMES, 2003).

É importante frisar que embora raça, em seu sentido biológico não seja um conceito a ser considerado em nossa discussão, sob o aspecto social e político é este o conceito que situa populações negras e brancas em seus respectivos espaços, sob o ponto de vista do poder.

Por isso a discussão sobre raça, racismo e cultura negra nas ciências sociais e na escola é uma discussão política. Ao não politizarmos a “raça” e a cultura negra caímos fatalmente nas malhas do racismo e do mito da democracia racial. Essa politização da raça e cultura negras [...] significa saber que estamos entrando em um terreno complexo, em que identidades foram fragmentadas, auto-estimas podem estar sendo destruídas. A fome, a pobreza e a desigualdade tem incidido com mais contundência sobre os descendentes de africanos em nosso país do que em relação ao segmento branco. Como dizem alguns pesquisadores: elas tem cor (GOMES, 2003, p. 78).

Isso reforça a caracterização feita por Nogueira (2006) ao tratar sobre o racismo de marca brasileiro, que abordei na primeira seção e que prioriza a aparência, traços físicos, cor da pele, em detrimento da ascendência e origem. São esses processos que atuam na dinâmica de construção identitária do/a negro/a e no seu reconhecimento, afetando essa população negativamente. Daí a necessidade de valorizar e trabalhar, tanto a história quanto as culturas negras, que foi um grande passo dado com o estabelecimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Embora alguns antropólogos tratem com desconfiança a adjetivação de uma cultura como negra, o que importa aqui é destacar que a produção cultural oriunda dos africanos escravizados no Brasil e ainda presente em seus descendentes tem uma efetividade na construção identitária dos sujeitos socialmente classificados como negros. [...] A cultura negra possibilita aos negros a construção de um “nós”, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse “nós” possibilita o posicionamento do negro diante do outro e destaca aspectos relevantes para sua história e ancestralidade” (GOMES, 2003, p. 78-79).

Somando isso ao que já tratamos anteriormente - todo o silenciamento da memória sobre a história da/o negra/o - que acabam por impactar na construção identitária população – posso compreender o que afirma Silva (2000) ao dizer que quando dizemos o que somos dizemos também

o que não somos e que, nesta lógica vão as declarações sobre quem pertence (e está incluído) e quem não pertence (e não está incluído). Por isso é necessário entender este processo de construção identitária. Toda sociedade racista se vale de estratégias para discriminar a/o negra/o. Na perspectiva de marca que trouxe acima, as características fenotípicas são utilizadas como para discriminar e desumanizar a população negra, transformando essas diferenças em critérios hierarquicamente inferiores. Como nos traz Gomes (2003, p. 81),

No processo histórico e cultural brasileiro, o negro, sobretudo as mulheres negras, constrói sua corporeidade por meio de um aprendizado que incorpora um movimento tenso de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo. Porém, não basta apenas para o negro brasileiro avançar do pólo da rejeição para o da aceitação para que compreenda e valorize a riqueza da sua cultura. Ver-se e aceitar-se negro toca em questões identitárias complexas. Implica, sobretudo, a ressignificação de um pertencimento étnico/racial no plano individual e coletivo.

Esse racismo atua com vistas a impedir o acesso a direitos que estão garantidos em lei bem como o consequente exercício da cidadania da população negra. Por esse motivo, para que possamos desenvolver a equidade social é importante compreendermos são necessárias ações que se voltem à concretização de da igualdade material, neutralizando assim os efeitos discriminatórios impostos pelo racismo.

Ao pensar a identidade como um modo de ser e estar no mundo e que se constrói na interação e nas relações entre indivíduo e sociedade é importante compreendê-la como algo não linear (BENTO, 2014; GOMES, 2012). Isso leva a refletir que a identidade negra, da mesma forma, se constrói a partir de variáveis que envolvem múltiplos espaços - família, escola, trabalho, espaços de religiosidade entre outros. Não se pode negar que, apesar da ideia de cordialidade que a perspectiva de miscigenação busca passar, a percepção racista e negativa que pesa sobre os corpos negros, dificulta não apenas o acesso aos espaços mas também um aspecto positivo na construção identitária e o autorreconhecimento da/o negra/o enquanto sujeito.

A valorização de uma estética branca nos cabelos, olhos, pele em detrimento das características fenotípicas negras pode trazer à/ao negra/o, já desde muito cedo, a percepção de que ser negra/o é ser algo feio, desajeitado e/ou sujo. Conforme nos aponta Bento (2014) a valorização de um padrão branco introjeta na subjetividade da população negra uma atitude de preconceito acerca de sua própria identidade, o que contribui no “silenciamento” sobre si. Daí a importância de se trabalhar essas subjetividades da população negra, por meio de saberes construídos e sistematizados ao longo da história desse povo, algo que o Movimento Negro tem buscado fazer desde sua gênese.

Mesmo com todas as limitações existentes e as particularidades que são características a cada uma destas instituições – seja em razão do recorte que são atribuídas às suas ações, ao espaço

geográfico em que se encontram, seja pelo aspecto financeiro, entre outros – o Movimento Negro avança construindo saberes e ações que denunciam, geram pertencimento, reconhecimento e fortalecem a identidade do povo negro, que sofre com os mecanismos de opressão e hierarquização. Como nos ensina Gomes (2016), ao sistematizar e articular saberes, o Movimento Negro torna possível construir uma reflexão teórica bem como ações políticas que se alicerçam em práticas que possibilitarão protagonismo e emancipação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito nunca ser a pretensão de um pesquisador, ao traduzir seus anseios em um artigo, esgotar o tema. Seja a produção objeto de um ensaio ou fruto de uma tese, as inquietações que encontram resposta em dado momento, despertam outras que merecerão atenção. E isso move o pesquisador.

No meu caso, estas inquietações se iniciaram com as primeiras participações em bancas de validação de autodeclaração de pretos e pardos¹⁴, ainda nos anos de 2005/2006, em que as avaliações não se preocupavam com nenhum processo que pudesse demonstrar o aspecto político daquele momento, fosse nos candidatos ou nos avaliadores e se limitava a um olhar que esquadrihava os candidatos, posicionados em grupos, à frente da banca.

O desconforto daquele momento me fez lembrar das vezes em que fui abordado de forma rude e desproporcional e nas quais me senti humilhado e impotente e, ao mesmo tempo em que tal situação ocorria, quase que em câmera lenta as palavras de meus pais ecoavam em minha mente dizendo: “ande sempre em retidão para que nunca precise passar por nenhuma situação da qual você venha a se envergonhar”. Neste momento eu sempre pensava: “Me perdoem; eu falhei!”

Isso fez com que eu deixasse de lado outros convites para esse tipo de participação – talvez De lá para cá, houve outros convites para participar de momentos como este (de bancas de validação); alguns eu recusei - talvez por que eu precisasse elaborar melhor esse sentimento – e outros, vários anos depois, voltei a aceitar, desta vez já em um contexto totalmente diferente daquele vivenciado no passado.

No entanto, neste retorno já mais maduro, passei a entender que muitas questões permeavam aquela ação (das bancas) de maneira que varias dimensões precisariam analisadas – principalmente o fato de pessoas negras e que sem nenhuma dúvida fariam jus à política de cotas não se inscreverem

¹⁴ As bancas de validação de autodeclaração étnico-racial são um dos critérios previstos na política de cotas raciais. Trazidas também com outras definições (bancas de heteroidentificação, por ex) os membros desta banca são responsáveis pela verificação de eventuais distorções entre o que foi declarado e o que de fato se verifica em relação ao candidato, buscando assim o fortalecimento desta ação afirmativa.

na reserva de vagas ou, quando inscritas, terem dificuldades de retratar sua negritude sob o aspecto fenotípico.

Ao ampliar meu olhar para estes sujeitos e compreender o espaço no qual estes se inseriam¹⁵ pude compreender que a cultura naqueles lugares dizia muito sobre essa questão. Reconhecer-se negro em uma sociedade que ainda prioriza os aspectos eurocêntricos e por consequência invisibiliza o corpo negro situando-o em locais subalternos é um desafio imenso. Não é uma tarefa simples construir uma identidade positiva em uma sociedade que insiste em bombardeá-la/o desde sua infância com ideologias racistas e hierarquizam as pessoas pela cor de sua pele (GOMES, 2012; MARQUES, 2010). Isso faz com que negras/os acabem por negar sua ancestralidade e, antes de reivindicar direitos já reconhecidos, busquem “provar que são algo”. Isso fez com que me deparasse com estudantes em cursinhos que afirmavam categoricamente não verem sentido em se valer de algo que os “desqualificaria” ou ainda acadêmicas/os negras/os em cursos como medicina por exemplo (um dos cursos de maior prestígio naquela região), que ao afirmarem não serem cotistas o faziam, inicialmente, com relativo orgulho.

Não é meu objetivo tecer julgamentos e muito menos criticar de forma vazia essa postura. Principalmente porque o processo de reconhecimento e construção identitários são muitas vezes dolorosos e nunca lineares. São necessárias ressignificações que, a depender de uma série de variáveis (e o espaço no qual se está inserido pode ser uma delas), podem demorar mais ou menos tempo - e para alguns pode sequer ocorrer. Principalmente pelo fato de que a ideia de democracia racial, ainda impregnada em alguns discursos, em vários momentos acaba por relativizar o debate sobre as ações afirmativas, preservando os privilégios e naturalizando o “lugar” dos desiguais” mantendo-os na invisibilidade e com os direitos violados.

Vale lembrar que a ideia de raça não se apoia no contexto biológico mas no social, o que justifica o fato de que essa categorização é responsável para definir o lugar dos indivíduos na sociedade, evidenciando a desigualdade social e racial que há no país. Como diz Munanga (2003a, p. 53), “[...] o problema fundamental não está na raça, uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação que perdura”.

Da mesma forma, a ideia de igualdade também não pode ser pensada de forma linear uma vez que a igualdade formal – aquela descrita na lei – não atinge a todos da mesma maneira. Isso faz com que em uma análise mais detida não tenha que se falar em afronta ao princípio da igualdade quando tratamos das cotas, uma vez que o que se pretende com estas ações afirmativas não é valorizar uma

¹⁵ Nesta época atuava como membro das Bancas de Validação e Recurso de uma Universidade Federal com os campi nas cidades de Toledo e Palotina.

raça (no quesito biológico e, nesse viés, produzir uma outra hierarquização) mas sim promover a equidade, compensação e reparação a um grupo excluído e que tem seus direitos espoliados/precarizados, em razão de suas características. Estas ações/programas vão ao encontro dos valores constitucionais vigentes que pregam a não discriminação e o enfrentamento ao racismo. E como os movimentos sociais negros tem contribuído nesse processo? Conforme nos ensina Gomes (2017, p. 42)

Partimos do pressuposto que o Movimento Negro, enquanto forma de organização política e de pressão social – não sem conflitos e contradições – tem se constituído como um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a universidade. Ele organiza e sistematiza saberes específicos, construídos pela população negra ao longo da sua experiência social, cultural, histórica, política e coletiva (GOMES, 2017, p. 42)

Ao considerarmos que no Brasil, sob a justificativa de sermos uma sociedade miscigenada e que respeita a diversidade étnica e cultural, ignoram-se as barreiras impostas à mobilidade social da população negra reforça-se a importância de ações que busquem minimizar os impactos destas clivagens. De acordo com Silvério (2005) quando universidade internaliza a diversidade que compõe a sociedade brasileira, ganhamos todos. Isso porque além de um ambiente mais rico e plural no contexto da aprendizagem, o convívio colaborativo entre pessoas de diferentes origens e orientações, permitirá o respeito às diferenças e o desenvolvimento de outras competências nos ambientes extra-classe.

Mas todo esse processo precisa ser compreendido dentro de um sistema maior. Não desconsidero a importância de se valorizar os avanços obtidos, contudo é preciso reconhecer a existência de um longo caminho a ser percorrido até que a inclusão efetiva seja uma realidade, principalmente no sentido de compreensão da sociedade no que tange ao racismo e seus efeitos. Principalmente porque ainda não temos oportunidades iguais. Sobre nós, negras/os, ainda pesam várias outras questões que precisam ser trabalhadas (como identidade, estigmas, entre outros) e se ao olhar para o passado, vemos o quanto, com todas as lutas, já conseguimos avançar, olhando para frente temos noção do quanto ainda precisamos caminhar.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Editora Vozes. Rio de Janeiro: 2014.

CARONE, Iray. Breve história de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In. CARONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Editora Vozes. Rio de Janeiro: 2014.

DAFLON, Veronica Toste. **Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro**. (Tese Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Ciências Sociais – Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DONDOSOLLA, Edivaldo. **Advogada é algemada e presa durante audiência em juizado de Duque de Caxias, RJ**. G1.Globo. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/11/advogada-e-algemada-e-presa-durante-audiencia-em-juizado-em-duque-de-caxias.ghtml>> Acesso em 19/02/2019

GEULEN, Christian. **Breve historia del racismo**. Madrid: Alianza Internacional, 2010.

GOMES, Joaquim Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. 2012. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/o-debate-constitucional-sobre-as-acoes-afirmativas-por-joaquim-barbosa/>>. Acesso em 14/10/2018.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura Negra e Educação**. Revista Brasileira de Educação. Mai-Ago, nº 23, Ano 2003, p. 75-85.

GRANJEIA, Julianna. **Professor ‘dá uma aula’ de Revolução Francesa para não ser linchado**. O Globo: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/brasil/professor-da-uma-aula-de-revolucao-francesa-para-nao-ser-linchado-13088092>>. Acesso em 19/02/2019

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5ª. Edição. São Paulo: DP&A Editora, 2001.

IBGE (BRASIL). **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de cor ou raça (ano 2008)**. IBGE: Rio de Janeiro, 2011.

LÓPEZ, Laura Cecilia. Políticas raciais, diáspora, transnacionalismo: notas para compreender as mobilizações negras e ações afirmativas no Cone Sul. In: JARDIM, Denise Fagundes. LÓPEZ, Laura Cecilia (Orgs). **Política da diversidade: (in) visibilidade, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **O Programa Universidade para Todos e a Inserção do Negro na Educação Superior: a experiência de duas Instituições de Educação Superior de Mato Grosso do Sul - 2005 - 2008**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Campo Grande, 2010.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF. 2003.

_____. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso?** Revista da ABPN, v. 4, n. 8, jul./ out. 2012. Disponível em: <<http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewFile/358/235>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. Ed. São Paulo: Global, 2016.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: sugestão de um quadro e referencia para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1, 2006, pp. 287-308. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>>. Acesso em 22/05/2018.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: IPEA, 2003. <Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

PETRUCCELLI, José Luis. SABOIA, Ana Lucia (Org). **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da . **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petropolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVERIO, Valter Roberto. **Ação Afirmativa**: percepções da “casa grande” e “da senzala”. *Revista Perspectivas*, São Paulo, 26: 57-79, 2003.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/ Fundação Ford, 2003.

THEODORO, Mario. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mario (Org). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

THIESSE, Anne-Marie. **Ficções criadoras**: as identidades nacionais. CNRS/Paris. Anos 90, Porto Alegre, n.15, 2001/2002.

WOODWARD Karyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual In.: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 12 ed. São Paulo, Vozes, 2000.